

Subcomissão proporrá a adoção do sistema de voto distrital misto

BRÁSÍLIA — A adoção do voto distrital misto vai se tornando um consenso na Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidário, na Constituinte. Na audiência pública de ontem, quando foram ouvidos os representantes do PMDB, Senador Mauro Benevides; do PDS, Senador Jarbas Passarinho; do PTB, o seu Presidente Paiva Muniz; e do Partido Verde, o escritor Fernando Gabeira; o voto distrital foi apresentado como a melhor maneira de impedir o abuso do poder econômico em campanha eleitoral.

Pelo sistema de voto distrital, seriam apresentadas duas listas de candidatos aos eleitores. Uma teria apenas os nomes que concorrem nos distritos previamente divididos em lei e, na outra, os candidatos pelo sistema proporcional. Dessa forma, os defensores da proposta acreditam que seria mais fácil fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à campanha eleitoral e ela se tornaria menos dispendiosa.

Fernando Gabeira defendeu a necessidade de se continuar com o sistema proporcional e ir alterando a legislação, pouco a pouco, até que o sistema distrital tenha condições de ser implantado. Segundo ele, o Brasil ainda não reúne condições de adotar o voto distrital misto, porque precisa politizar mais a população.

Por sua vez, o Senador Jarbas Passarinho afirmou que a definição do sistema eleitoral é uma questão a ser definida em legislação complementar. Mas ele disse que considera o distrital o único sistema capaz de sanear as finanças dos partidos políticos. Passarinho propôs que 60 por cento das vagas a serem preenchidas pelas eleições sejam destinadas aos candidatos pelo voto distrital, en-



Passarinho aprova o voto distrital

quanto os restantes 40 por cento seriam destinados aos proporcionais.

Paiva Muniz acha que o voto distrital não conseguirá evitar o abuso do poder econômico nas eleições. Ele é favorável ao voto distrital misto, com 50 por cento dos candidatos disputando pelo voto distrital e os demais pelo sistema proporcional.

Da mesma forma, o Senador Mauro Benevides afirmou ser muito difícil para o Brasil encontrar condições para a implantação do sistema distrital misto. Para ele, o saneamento financeiro das eleições depende apenas da aplicação da legislação já existente, que já é "suficientemente severa" com quem a transgredir. Se existem impunidades, na opinião do Senador, os culpados são os próprios partidos, que não se preocupam em fiscalizar a obediência à lei.

Reale Júnior sugere um Governo semipresidencialista para o País

BRÁSÍLIA — Foi apresentada, ontem, à Subcomissão do Executivo uma proposta do jurista Miguel Reale Júnior para a adoção de um Governo semipresidencialista, em que o Primeiro-Ministro não seria o Chefe do Governo, mas um auxiliar do Presidente da República e um delegado do Legislativo.

Reale Júnior rejeita a idéia de um sistema parlamentarista misto, a semelhança dos moldes francês e português, em que a figura do Primeiro-Ministro se sobrepõe em poder à do Presidente da República. Ele argumentou que na realidade histórico-

política do Brasil, o Presidente é uma figura preeminente, e é frágil a estrutura político-partidária. "Possibilitar um confronto entre a política de Governo e a política do Parlamento seria perenizar as crises", disse.

Pela proposta de Reale Júnior, caberia ao Presidente, auxiliado pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministério por ele nomeado, a apresentação do plano de Governo. O jurista definiu a solução como "sui generis" para evitar o excessivo poder do Presidente, que seria eleito pelo voto direto em dois turnos, com mandato de cinco anos.

NOVO TRIBUNAL

Brossard critica a proposta da OAB

BRÁSÍLIA — A proposta para a instituição de um Tribunal Constitucional no País foi criticada, ontem, pelo Ministro da Justiça, Paulo Brossard, em debate na Subcomissão de Garantia da Constituição. O Ministro afirmou que o Brasil já tem uma Corte Constitucional, o Supremo Tribunal Federal, e "seria um ato de pura e servil imitação" aprovar a proposta, feita pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

— Parece que estamos seduzidos por uma idéia interessante para outros países, desprezando a nossa própria experiência — disse Brossard. — As cortes constitucionais foram criadas em países europeus que tinham um preconceito multiseular contra os poderes de um juiz.

● O fortalecimento dos Estados e municípios e a criação do imposto de herança e doações na competência dos Estados foram as principais propostas apresentadas pelo ex-Secretário da Receita Federal Luiz Patry Aciole, que participou, ontem, do debate da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receita. Segundo Patry, o problema da redução da carga tributária é uma questão que não será resolvida pela Constituinte, pois independe do sistema tributário que vier a ser adotado, por ser ela um fruto da inflação.

● A extinção do Conselho de Segurança Nacional foi sugerida pelo General Euler Bentes Monteiro, em sua palestra sobre o papel constitucional das Forças Armadas na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança.

O General afirmou que o CSN é "um quarto Poder" que sobrepõe-se aos demais, na medida em que constitucionalmente detém o direito de definir quais os objetivos permanentes da Nação. Ele acha que sua substituição por um Conselho de Defesa nos moldes propostos no anteprojeto da Comissão Afonso Arinos retira do Gabinete Militar o poder de deliberação exclusivo sobre segurança nacional.

A criação do Ministério da Defesa, que poderia ser dirigido por um civil e incorporaria as Forças Armadas, foi considerada "uma medida saudável do ponto-de-vista operacional" pelo General Euler Bentes. Ele citou três situações positivas que seriam criadas com o Ministério da Defesa: redução da influência deliberativa dos militares nos assuntos do poder constituído; facilidade na operacionalidade financeira das Três Armas; e facilidade na operacionalidade militar.